

Ensino, Reformas e Política nas Crônicas de Educação de Cecília Meireles (1930-1933)

Teaching, Reforms and Politics in the Education Chronicles of Cecília Meireles (1930-1933)

Bernadete de Lourdes Streisky Strang

Unopar, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias. PR, Brasil.

E-mail: bernadete_strang@hotmail.com

Resumo

Este artigo é um recorte de pesquisa maior e teve como objetivo compreender como os intelectuais da década de 1930, a pedido do próprio Vargas e seu Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, colaboraram para a organização e para a construção de políticas para a Educação em perspectiva nacional, considerando que estas contribuições seriam contempladas no Capítulo relativo à Educação na nova Carta Magna de 1934. Portanto, trata-se do estudo histórico das ideias e do envolvimento político de Cecília Meireles, seus pensamentos, ações e inserção nos grupos e tendências intelectuais, que discutiam os rumos para a Educação, assim como suas iniciativas no âmbito da formação, da organização e da disseminação da cultura no Brasil da década de 1930. As fontes utilizadas nesta pesquisa foram as Crônicas¹ de Educação, publicadas diariamente na *Página de Educação* do jornal carioca Diário de Notícias, na coluna *Comentário*, entre os anos de 1930 a 1933 e a correspondência entre Cecília Meireles e Fernando de Azevedo.

Palavras-chave: Intelectuais. Cecília Meireles. Diário de Notícias. Crônicas de Educação.

Abstract:

This article is a major research cut and aimed to understand how the intellectuals of the 1930s, at the request of Vargas himself and his Minister of Education and Health, Francisco Campos, collaborated in the organization and construction of policies for education in a national perspective, considering that these contributions would be contemplated in the Chapter on Education in the new Magna Carta of 1934. Therefore, it is the historical study of the ideas and political involvement of Cecília Meireles, her thoughts, actions and insertion in the groups and intellectual tendencies that discussed the paths to education, as well as their initiatives in the field of formation, organization and dissemination of culture in Brazil in the 1930s. The sources used in this research were the Chronicles of Education of "Diário de Notícias" (a journal from Rio de Janeiro), published daily on the Journal Education Page in the column Commentary, between the years 1930 to 1933 and the correspondence between Cecília Meireles and Fernando de Azevedo.

Keywords: Intellectuals. Cecília Meireles. Diário de Notícias. Chronicles of Education

¹ Parte dessas crônicas foi reunida em cinco volumes, publicados no ano de 2001 pela Nova Fronteira e a Fundação Biblioteca Nacional.

1 Introdução

O presente artigo é parte de pesquisa maior e teve como objetivo principal compreender a atuação dos intelectuais¹ - sobretudo, Cecília Meireles - que colaboraram para a ressignificação do papel a ser desempenhado pelo Estado no campo educativo. Trata-se, portanto, do estudo histórico das ideias e do envolvimento político de Cecília, seus pensamentos, ações e sua inserção nos grupos e tendências intelectuais que discutiam novos rumos para a Educação, assim como suas iniciativas no âmbito da formação, da organização e da disseminação da cultura no Brasil dos anos 1930 (STRANG,

2003). Este foi um momento marcado por disputas acirradas, especialmente, entre o Grupo dos Pioneiros e o Grupo dos Católicos, para os quais o próprio Vargas e seu Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, solicitaram que definissem os princípios da Educação e a *fórmula mais feliz* em que se pudesse exprimir a política escolar da Revolução, a ser contemplada no Capítulo relativo à Educação na nova Carta Magna (AZEVEDO, 1958).

Para melhor compreender o significado histórico dos movimentos que buscaram intervir nas políticas de Educação do país, nos anos de 1930, importa compreender os caminhos

¹ O conceito de intelectual que se utiliza neste trabalho é de Antônio Gramsci, da obra *Cadernos do Cárcere*. Gramsci defendeu a ideia de que o intelectual é orgânico na medida em que participa ativamente da direção e da organização de projetos culturais, que visam intervir sobre o modo de vida e o processo de formação social; compartilha os problemas da sociedade e tenta interpretá-los. Em outras palavras, o intelectual orgânico é aquele que faz parte de um grupo, relaciona-se com aqueles a quem representa, elabora, difunde novas ideologias e novas concepções de mundo, busca meios de tornar hegemônica a ideologia do grupo no qual se insere.

que culminaram na desorganização social e política que se deflagrou no país, mesmo antes da derrubada do Presidente Washington Luís. O clamor nacional por um Brasil novo, premissa de liberdade e de progresso, motivou os mais diversos setores da sociedade brasileira a se empenharem na luta pela formulação de políticas, que privilegiassem uma Educação nacional.

Esta temporária aliança entre diferentes grupos permitiu que tanto do ponto de vista social, como do político, os vitoriosos da revolução compusessem um quadro heterogêneo, com perspectivas muito diversas (NAGLE, 2001). No entanto, discutir a diversidade ideológica, que marcou aquele momento, extrapola os limites deste artigo. Muitos intelectuais participaram ativamente deste processo, dentre estes Cecília Meireles e é sobre sua trajetória nesse período que este artigo irá se deter.

Nos dias atuais, Cecília Meireles é considerada pela crítica especializada uma das mais importantes poetisas brasileiras. No entanto, sua atuação como educadora, signatária do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e participante ativa no processo de organização e disseminação de novos ideários pedagógicos e sociais é pouco conhecida. Trata-se, portanto, de fazer emergir esta intelectual, com suas ideias e propostas, no cenário de uma época marcada por grandes conturbações de ordens políticas, sociais e culturais (STRANG, 2003).

Foram vinte e seis os intelectuais que assinaram o Manifesto dos Pioneiros. Há, por certo, muitas singularidades e especificidades no que se refere às inserções e aos enfoques individuais desses signatários em relação à ideologia do grupo. Evidentemente, assinaram e se envolveram neste Projeto Educacional os que concordaram com os termos e com as propostas que o Manifesto ensinava, embora isso não possa ser apontado como uma indicação inequívoca de que o grupo dos pioneiros tenha sido homogêneo. Obviamente não foi. E por não ter sido, acredita-se que as diferentes inserções e as diferentes maneiras de defender a proposta da Escola Nova, possam trazer à luz pistas, ecos e possibilidades de releituras para aquele momento histórico.

Talvez, a maior contribuição de Cecília Meireles para com o movimento dos pioneiros tenha sido a sua passagem pelo *Diário de Notícias*, nos anos de 1930 a 1933. Nesse jornal, Cecília manteve uma página diária com entrevistas, noticiários, artigos e uma coluna intitulada *Comentário*, na qual defendeu e propagou a nacionalização e a laicização do ensino, em que divulgou, enfim, as premissas da Escola Nova no Brasil.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram as Crônicas² de Educação, publicadas diariamente na *Página de Educação* do jornal carioca *Diário de Notícias*, na coluna *Comentário*, entre os anos de 1930 a 1933 e a correspondência entre Cecília Meireles e Fernando de Azevedo.

No caso aqui, considerando que foram utilizados vários elementos presentes na interpretação do discurso de Cecília Meireles na sua coluna *Comentários*, encontra-se na *Análise do Discurso*³, especialmente nas obras de Eni Puccinelli Orlandi, a ferramenta que melhor atende aos objetivos propostos. Isto porque se trabalha com textos, que não foram produzidos aleatoriamente: existe relação de exterioridade que obedece a uma lógica própria daquele momento histórico e este é o aspecto fundamental do trabalho.

A *Análise do Discurso*, doravante AD, considera como primordiais as condições de produção do discurso. Tem necessidade de explicar as relações do sujeito com o mundo que o cerca, em que contexto histórico-social ele está inserido, como se processa a sua articulação com as formações ideológicas. A afirmação fundamental para a AD é que o discurso materializa a ideologia. Nesse sentido, constitui-se em um lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia, a articulação da língua com a história e, especialmente, a constituição histórica dos sentidos e dos sujeitos, sendo estas as principais características da AD que interessam.

2.2 Discussão

Marcos Cezar de Freitas, em sua obra sobre os itinerários intelectuais, aponta a década de 1920 e 1930 como um vigoroso momento em que “se interpelava o Estado a construir a obra educativa necessária à equiparação dos muitos brasis” (FREITAS, 2001, p. 15-16). Este vigor se deveu, principalmente, ao fato de que nesse período surgiu grande diversidade de projetos que, em sua maior parte, pretendiam interferir na criação de uma nova e eficiente política educacional para o país. Liberais, católicos, integralistas, comunistas e socialistas integraram os debates, com o objetivo de construir o Brasil novo, remodelado e progressista, prometido pela Revolução de 1930.

Assim, a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública significou a possibilidade de ver realizadas, pela mão do Governo, as reformas no âmbito educacional que se esperavam. Isso significava que o novo regime

2 Parte destas crônicas foi reunida em cinco volumes, publicados no ano de 2001, pela Editora Nova Fronteira e pela Fundação Biblioteca Nacional.

3 Optou-se pelo diálogo com a *Análise do Discurso* de linha francesa, porque esta linha rompe com a análise da frase e passa para a análise do texto. Isto implica em uma mudança do objeto de estudo da linguagem. Enquanto na linha americana não se fala do significado do texto, mas apenas se determina como são organizados os elementos que o constituem, a linha francesa reza que, para se analisar um texto, é preciso uma mudança de terreno. Esta ruptura metodológica nasceu da ideia de que o estudo da significação é fundamental e supõe a intervenção de conceitos que fazem parte da reflexão sobre as formações sociais, ideologia e condições sócio-históricas de produção. Esta noção de discurso, enquanto processo em que o linguístico e o social se articulam é a que nos interessa.

demonstrava rejeição à política de neutralidade escolar consagrada pela Constituição de 1891. No entanto, a política educacional adotada pelo Governo Provisório e pelo Ministro Francisco Campos não agradou a boa parte dos intelectuais que discutiam as reformas do ensino.

Cecília, em sua crônica, *Pedagogia de ministro*, datada de 30 de abril de 1931, ou seja, quatro meses após a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, evidencia seu desagrado com a atuação do Ministro Francisco Campos:

[...] as atitudes do Sr. Francisco Campos, refletindo-se nos vários atos do Ministro da Educação, absolutamente incompatíveis com os ideais avançados da democracia que todas as pessoas de boa fê supuseram existir na Revolução de outubro, estão afirmando cada dia a verdade dura e profunda das palavras de Ferrière.

Quando incertamente se anunciaram a criação desse ministério complexo, que reúne as questões de saúde e de educação, com o nome vetusto de Ministério da Instrução, nós tivemos ensejo de sugerir que o título apropriado para a nova pasta não era esse, mas o que ora possui, de Ministério da Educação. Parece que a sugestão foi acolhida, ou brotou lá dentro dele, também, porque a verdade é que foi aceita. Mas quando nós falávamos em Ministério da Educação estávamos esperando, realmente, uma coisa dessa espécie. Puseram lá o Sr. Francisco Campos. Olhávamos o nome, e perguntávamos: ‘como agirá o autor da precária Reforma de Ensino mineira, à frente de um ministério de tamanha responsabilidade? Que pedagogo afinal, seria o Sr. Francisco Campos? E ficamos em observação. Infelizmente, ficamos... (MEIRELLES, 2001, p. 161)

Mais adiante, neste mesmo comentário, Cecilia Meireles se refere ao Ministério criado como uma “coisa velha”, ou seja, a coisa velha a que Cecília se referia era o Ministério da Instrução Pública, criado por Benjamim Constant na última década do século XIX, quando 90% da população brasileira era analfabeta.

Apesar das possíveis consequências negativas que esse artigo poderia lhe trazer, Cecília não se atemorizou em tornar público o conceito de Educação que norteava o Ministério de Francisco Campos. Especialmente, porque viu nas primeiras reformas instituídas um retrocesso flagrante na cruzada educacional em que ela própria e seu grupo estavam empenhados. Mais adiante, a constatação desse retrocesso torna-se ainda mais evidente:

O sr. Francisco Campos parece que resolveu dar cada dia uma prova mais convincente de que não entende mesmo nada, absolutamente, de pedagogia. Que a sua pedagogia é *pedagogia* de ministro, isto é, politicagem... E assim, antes que tivéssemos estudado o caso das reformas, deixou desabar, do seu ministério para as mãos do Sr. Getúlio Vargas, um decreto tornando *obrigatório* o ensino religioso nas escolas [...] (MEIRELLES, 2001, p.162).

O ensino religioso obrigatório nas escolas, instituído pelo Governo⁴, deixou claro o que se poderia esperar em termos de reformas para a Educação. Cecília mostra a sua perplexidade

diante das primeiras ações ministeriais e, ainda no mesmo artigo, torna evidente seu próprio conceito de Educação e seu alinhamento de ideias em relação aos pressupostos escolanovistas:

[...] Ora, a educação, no nosso tempo, é uma fórmula de levar as criaturas à liberdade, pelo desenvolvimento de todas as suas aptidões; [...] Daí, todas as obrigatoriedades atentarem contra o espírito da Escola Nova, que é apenas um aspecto da vida no século que atravessamos.

Sob pena de sermos retrógrados, temos de estar de acordo com o tempo. Sob pena de sermos tiranos, de nos submeter à sua ética.

O sr. Francisco Campos acaba de demonstrar que não sabe estas coisas, absolutamente vulgares, na pedagogia corrente... Seu ministério, que já tinha decaído de *educação* em *instrução*, por obra das reformas, acaba de ser extinto. Extinto pelo próprio ministro. [...] Educação é um problema de liberdade: preparo do homem para se orientar por si. Religião é catequese [...] Que pensará de semelhante coisa o sr. Getúlio Vargas, que quis ter o destino do Brasil em sua mão, prometendo-lhe um futuro, se não melhor, pelo menos mais democrático, mais livre? (MEIRELLES, 2001, vol. 2, p. 163)

Esse Decreto tinha razões políticas que justificavam sua promulgação. A Revolução de 1930 não foi bem vista pelos militantes católicos. Primeiro, porque ela intensificava o afastamento entre o Estado e a Igreja e descartava a participação desta nas políticas. Segundo, porque Getúlio Vargas provinha de uma região em que predominava o pensamento positivista o que, em outras palavras, significava dizer com forte orientação centralizadora e de fortalecimento do Estado. Nesse sentido, o Governo Provisório procurava se legitimar ao mesmo tempo em que preparava o Estado Novo, e para isso se fazia necessário conquistar o apoio de um segmento importante como a Igreja. A melhor maneira de consegui-lo seria fazendo concessões às suas reivindicações. Em uma carta de Francisco Campos a Getúlio Vargas, datada de 18 de abril de 1931, 12 dias antes desse artigo de Cecília, essa troca de favores fica explícita:

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza que proponho a VEXcia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por VEXcia, determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas de modo manifesto e declarado toda a sua valiosa e indispensável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião pública de caráter nacional (A REVOLUÇÃO DE 30: TEXTOS E DOCUMENTOS, 1982.).

Com a publicação desse Decreto, de fato se conquistou o apoio e a simpatia do clero e do laicato católico em favor do movimento revolucionário, até porque uma das maiores reivindicações da Igreja dizia respeito à Educação Religiosa nas escolas públicas. Outro fator preponderante a ser considerado é a relação íntima entre a Igreja Católica e o Estado na história

4 Decreto assinado em abril de 1931.

do Brasil. Sendo a população majoritariamente católica, a Igreja, por longo tempo, proporcionou o único código moral e ético disponível no país (SCHWARTZMAN, 1983). Com a consolidação da República, a Igreja ficou à margem dos negócios de Estado e foi justamente este espaço perdido que o clero passou a reivindicar novamente.

Cecília certamente não desconhecera esta pretensão católica. Por meio de alguns de seus artigos é possível afirmar que ela tinha algum conhecimento a respeito do provável pacto entre a Igreja e o Governo. Entretanto, este é o mais inequívoco:

A falecida Legião de Outubro, bem se pode dizer que agora já é uma re-legião, embora o trocadilho seja o pior possível, e talvez o sr. Maurício Lacerda, que não perde oportunidades dessas, já o tenha feito em alguns dos seus desaparecidos artigos. [...] As palavras do sr. Capanema, declarando agora em Minas que 'a legião reafirma todos os compromissos com a Igreja, principalmente no que se relaciona ao ensino religioso e a validade do casamento religioso', vêm provar claramente a existência de um compromisso que se ocultava, porque só se *reafirma* o que já foi afirmado antes. Ora, quando os primeiros protestos se levantaram contra o decreto abominável do ensino religioso, quer à imprensa, quer em telegramas a particulares, publicados nos jornais, procuravam sempre fazer crer numa absoluta isenção do governo em face das diversas religiões praticadas no Brasil. [...] Mas com a declaração do sr. Capanema, ficam expostos os mecanismos desta Revolução [...] Mas agora, o sr. Getúlio Vargas fica em situação muito delicada. Delicadíssima. Porque foi ele quem assegurou sempre ao povo que o ensino religioso não viria favorecer nenhuma religião especial. Ora, se a legião *reafirma* os seus compromissos com a Igreja Católica...E se o sr. ditador disse que ia governar com as legiões.... Assim se desilude um povo. E não há nada mais grave que um povo desiludido (MEIRELES, 2001, p. 39).

De uma maneira geral, toda ação política está ligada ao jogo de interesses e à equação de forças do momento. No caso da promulgação do Decreto tornando obrigatório o Ensino Religioso nas escolas, como já afirmado antes, sem dúvidas, atendia as intenções de cooptação que a revolução precisava para se legitimar naquele momento histórico específico.

Oito meses depois de ser anunciada a obrigatoriedade do Ensino Religioso, Cecília publica a abolição daquele decreto nas escolas públicas estaduais de São Paulo, baixado pelo então Interventor daquele Estado. Nesse mesmo artigo, a autora comenta uma declaração dada por Campos à imprensa paulista que se não o redime, ao menos esclarece um pouco a sua posição-fantoches no Ministério. Diz a autora que o próprio sr. Francisco Campos, em um extraordinário momento de lucidez, "declarou à imprensa que o seu decreto era combatido só por pessoas de ideias avançadas - e, conseqüentemente - apoiado pelas de ideias retrógradas? Que barafunda!" (MEIRELES, 2001, p.40).

As questões relativas ao Ministério renderam muitos artigos e muitas provocações a Getúlio e, obviamente, ao seu Ministro de Educação:

O sr. Francisco Campos, que se está celebrizando pelas coisas trocadas que faz, tem feito perder de vista todos os outros elementos que ocupam indevidamente cargos de natureza

educacional. Isso, decerto, causa uma vasta alegria aos outros, que se vêem retirados à sombra discreta em que os colocou o inesperado *recordman*. Mas é tempo de se lançar um golpe de vista a esses esquecidos, para ver em que ponto vão as suas realizações, e se já mudaram de lugar, depois das aventuras do ministro da Saúde Pública. Primeiramente, - que é feito daquelas famosas circulares que todo mundo ficou esperando, para saber qual é aproximadamente a situação do ensino, através das declarações, possivelmente fidedignas, dos senhores inspetores escolares? [...] Que é feito de um famoso Conselho de Educação, que se reunia, para tratar dos problemas da sua alçada? Não existe mais o Conselho? Ou não existirão mais os problemas? [...] Seja como for, porém, respondidas ou não, as perguntas que aqui deixo envolvem assuntos sérios, que certamente devem ser resolvidos por um governo que se mostrou tão interessado com a causa da educação, que até criou um ministério especial. É verdade que o ministro extinguiu o ministério. Mas naturalmente não extinguiu o governo [...]. (MEIRELES, 2001, p.165).

Aparentemente, não houve nenhuma represália e nenhum movimento de reação por parte da imprensa governista no que diz respeito às crônicas de Cecília. As matérias continuaram. O tom foi se tornando cada vez mais ácido e mais contundente e, quanto aos envolvidos, pelas crônicas não há como saber se houve alguma reação tornada pública, a censura à imprensa viria poucos anos mais tarde.

Segundo Angel Rama (1984), em seu estudo sobre a América Latina, a política foi um componente obrigatório da cultura na evolução da cidade das letras pós 1920. Nesse sentido, a política foi um tema que recebeu a contribuição de disciplinas intelectuais bastante diversas nos partidos que se formavam, novos na sua maioria, mas também renovadores.

Os debates surgidos transitavam livremente pelo jornalismo. Todavia, diz Rama que a participação generalizada na tribuna pública, em que se jogava com frequência o destino pessoal, ainda não foi suficientemente avaliada (RAMA, 1984). Possivelmente, os ares de modernidade que sopravam nas capitais latino-americanas, possibilitavam essa exposição. No Distrito Federal, as cobranças ao Governo continuavam, como neste *Comentário*:

Depois de dez meses de regime revolucionário, já se tem o direito de perguntar por alguns resultados práticos desse regime. Não nos *altos* domínios da política. Nos domínios mais *rasos*, nos que estão mais diretamente junto ao povo, naqueles em que, justamente, está mais a representação da nacionalidade - uma vez que um povo não é uma elite, mas uma totalidade. Ora, esses domínios são da educação. E todos nós gostaríamos de saber o que se fez, em matéria de educação, nestes dez meses de um governo que se arriscou à aspiração de realizar coisa melhor que aquele derrubado em novembro. [...] Quando todos pensávamos que atrás da Revolução viria uma época mais clara para a contemplação das necessidades reais do Brasil, e, conseqüentemente um interesse por essas coisas que a muitos governos do passado se perdoaria fossem consideradas fúteis, chegamos à evidência de um retrocesso que não só consterna, mas pode também revoltar. [...] Para muitos, claro está que em dez meses não se pode fazer tudo. E é justo. Mas pode-se fazer alguma coisa. Podem-se, ao menos, perceber as intenções, e, se não aparecem os fatos, revela-se, ao menos, a esperança de seus indícios (MEIRELES, 2001, p.43).

Enquanto a censura não chegava, a cronista se mantinha na posição de ataque a sua dupla preferida: Getúlio Vargas e Francisco Campos e já que a diatribe permitia, aproveitava a oportunidade que o espaço jornalístico lhe proporcionava para incluir outros personagens: os católicos, desafetos do grupo pioneiro, do qual Cecília não só fazia parte, mas também ali representava.

As críticas à Igreja e à postura católica ocuparam bastante espaço nos *Comentários*, assim como ocupam espaços consideráveis ao Chefe de Estado, seu Ministro e outros eleitos ocasionais. Em uma crônica de julho de 1931, pouco antes dos rumores sobre a saída de Campos, Cecília aproveitava o lançamento de uma peça de Paulo Magalhães, na qual se enfatizava o milagre da alfabetização e das ações ministeriais, para discutir a inutilidade da alfabetização, quando tratada de forma descontextualizada. Aproveita também para fazer uma sátira bem-humorada sobre os personagens da política nacional, buscando “encaixar” Tupã Gonçalves⁵, personagem principal, nos possíveis candidatos a “salvadores da nação”:

Não assisti à peça. Mas li o exemplar que o autor bondosamente me enviou. [...] Para ele, o mal do Brasil era básico. Estava na educação popular, ou, antes, na sua ausência...E Tupã Gonçalves, pressentindo muito bem esse mal, limitava-o apenas à falta de letras no elemento popular, exatamente como fazem todos os entusiastas de boa vontade que não andam muito a par das questões de pedagogia. [...] Imaginemos, de fato, repentinamente, de norte a sul do Brasil, e de leste a oeste todos fossem capazes de ler e escrever. Que iriam fazer com isso? Limite-me a fazer esta pergunta, e a deixar que ao leitor lhe surpreenda a alarmante resposta. Para começar a ler alguma coisa de atual, que os informasse a respeito da terra e da gente - o que me parece essencial para uma nacionalidade, - os nossos bons caboclos começariam a ler os jornais. Ora, todo mundo sabe que o jornal exige uma inteligência apuradíssima, para ser compreendido, uma vez que é quase impossível dizerem dois a mesma coisa do mesmo modo e, às vezes, até se encontrar o mesmo ponto de vista da primeira à última coluna de um jornal só... Os recém-alfabetizados começariam a ficar tontos logo nos primeiros exercícios, e receio que acabassem desalfabetizando-se voluntariamente... [...]Que perspectiva tremenda! Mas, desgraçadamente, *o homem que salvou o Brasil* é uma realidade de todos os dias. Desse momento, principalmente em que se reúne uma comissão especial para resolver o problema de *salvar o Brasil*. Mas quem será o salvador? Com isso eu não atino. Pode ser o sr. Francisco Campos, cujo programa ainda está com os tempos da catequese.... Pode ser, também, o sr. Leonel Franca, pelos mesmos motivos...Pode ser os acadêmicos Miguel Couto e Aloísio de Castro...Todos esses estão perfeitamente de acordo com os pontos de vista de Tupã Gonçalves. Com a diferença de serem muito menos entusiastas...O único que não pode ser Tupã Gonçalves é, precisamente o autor do projeto, o sr. João Simplício. Porque, de todos, só ele seria capaz de ver a questão com mais atualidade. E, por isso mesmo, o Brasil não se salvará, apesar da peça de Paulo Magalhães, apesar desse ‘Comentário’, e nem que todos os dias do ano fossem o dia primeiro de abril (MEIRELES, 2001, p. 179).

O discurso sobre a alfabetização das massas é longo

e antigo. Entretanto, entre a década de 1920 e 1930 muitos discursos referentes ao sistema educativo ainda estavam fortemente calcados na necessidade de alfabetizar o Brasil. Quanto à questão ministerial, a polêmica se estende para além da saída de Francisco Campos. Denunciadas as «trapalhadas» e estando iminente a saída de Campos, era hora de chamar a atenção pública sobre a futura ocupação da Pasta da Educação.

Em 28 de agosto de 1931, Cecília escreveu um artigo intitulado *Diógenes e a sua lanterna*, se utilizando metaforicamente do lendário filósofo ateniense da escola Cínica (século IV a.C.) que, segundo consta, andava pelas ruas de Atenas com sua lanterna acesa em plena luz do dia, procurando por um homem honesto. A partir desse artigo, a cronista inicia um novo debate.

Em 5 de setembro de 1931, em *Ministério da Educação (I)*, Cecília chama a atenção para a importância desse ministério em relação à obra educacional, que (ainda) se pretendia construir, mas que, no entanto, as esperanças para os educadores não eram muitas, visto que o erro inicial dos dois ministérios reunidos em um só não deixa prever expectativas muito felizes. Os médicos e higienistas vão sempre “acentuar a conveniência da sua adaptação ao ministério criado [...] porque eles são muitíssimo mais abundantes que os educadores e a medicina mais acreditada que a pedagogia” (MEIRELES, 2001, p.194). Cecília previu certo.

O ministério foi interinamente dirigido pelo Dr. Belisário Pena (nessa época, diretor da Saúde Pública). A esse respeito, Cecília transcreveu na *Página* o artigo de um professor curitibano, sugerindo alguns nomes para o ministério acéfalo. Constavam dessa lista os nomes de Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e em último caso, João Simplício. Entretanto, é provável que Getúlio Vargas tenha se exaurido dessas polêmicas acerca do Ministério, acompanhadas pelos jornais e fora deles.

Em 10 de setembro de 1931 a cronista aborda novamente o assunto deixando a entender as possíveis intenções do governante:

O governo criou o Ministério da Educação. Supõe-se, pois que estivesse, a princípio, admiravelmente informado sobre o assunto [...] Mas, diz-se que já pensa extingui-lo e por quê? Será que depois do Sr. Francisco Campos, é melhor desistir de tratar o problema? Isto é que não [...]. (MEIRELES, 2001, vol. 3, p.55)

Em correspondência enviada a Fernando de Azevedo, em 12 de abril de 1932, Cecília comenta uma conversa que teve com Francisco Campos, de cujo conteúdo ela publicou apenas uma pequena parte, na qual ele apresenta suas razões para a promulgação do decreto referente ao Ensino Religioso:

Eu não sei se o Ministro gostou da crônica [...] A crônica, aliás, não está inexata, mas incompleta (...) Ele começou por me chamar a atenção para o fato de haver tantas iniciativas educacionais, ultimamente. Perguntou-me se tinha reparado

5 Na peça, o personagem Tupã Gonçalves foi o homem que salvou o Brasil por meio de um programa de combate ao analfabetismo.

nisso [...]. Ele me disse que é fascista, e quis, por todos os modos, explicar as origens do seu decreto. Como o Sr. imagina, esse decreto lhe interessa mais pelo seu fim do que pelo seu princípio...Em todo caso, a explicação do Ministro foi essa: achando-se o Brasil em pleno caos, ele imaginava reerguê-lo por uma força poderosa, capaz de semelhante prodígio. Pensou na organização católica, e arranhou aquele decreto, de natureza exclusivamente política. Teve, porém, a surpresa de verificar não haver nada organizado no Brasil. Nem mesmo o catolicismo. Sem ministros e sem fiéis, a Igreja deu-lhe a impressão de uma ruína. Suas ideias acerca do Brasil transformaram-se. Reconheceu o erro que praticava - não o do decreto, mas o da salvação nacional, por meio dele...Está claro que, nas entrelinhas, ficam as irreverências: as alusões aos legionários, as arguições sobre a sua fé, o interrogatório sobre as vantagens do ensino religioso, a discussão de Religião e Catolicismo, etc. O Ministro é, como o Sr. sabe, uma inteligência rica, mas confusa (...)O Ministro deve causar uma certa impressão de desgoverno - ou de insinceridade irritante. Ele me disse que o decreto é ineficiente, que não vale nada, que andam combatendo um fantasma: e que a melhor maneira de derrubarmos será deixá-lo envolto em silêncio. A revogação, excitando o amor-próprio dos interessados, viria a ter uma propaganda de efeito contrário ao que almejamos. [...]. Como se vê, nada mais no seu estilo, hesitante e ambíguo. (IEB-USP, FA, 1932)

Segundo os *Comentários*⁶ desde setembro de 1931 havia um movimento no Paraná, encabeçado por alguns professores, para que a cadeira de Ministro fosse ocupada por Lourenço Filho. A sugestão não foi acatada.

Belisário Pena renunciou ao Ministério poucos meses depois de assumir o cargo. Em um artigo datado de 29 de novembro de 1931, Cecília comenta o episódio da renúncia sem, contudo, apresentar maiores detalhes. Naquele *Comentário*, a cronista não perde a oportunidade de enfatizar os desvios de percurso cometidos pelo principal ex-ministro e aproveita a temática para reavivar o discurso em torno da causa educacional brasileira. Além disso, sugere discretamente nas últimas linhas do artigo, o nome de Fernando de Azevedo para ocupar o cargo vacante.

Parece que a sugestão não teve maiores repercussões. O cargo foi ocupado em definitivo por Washington Pires, em setembro de 1932, e em julho de 1934 por Gustavo Capanema, que nele permaneceu até o fim do Estado Novo.

2.2.1 Católicos e Renovadores: um Conflito Publicado

Em relação ao conflito entre católicos e renovadores, essa análise pressupõe a relativização desse embate, por constatar-se nos discursos desses dois grupos mais semelhanças que diferenças, no que se refere a projetos formativos. Com isto, não se está negando a existência de um conflito declarado. Esse conflito é evidente e se centra, principalmente, na postura ideológica e nos interesses particulares de ambos. Não se pode contestar, entretanto, que a ideologia pode ser um fator se não excludente, desagregador, especialmente, se o que está em jogo é a incorporação de valores e princípios que vão

legitimar o grupo frente a uma instituição superior de direito, neste caso o Estado, com poderes para avaliar ou aniquilar aspirações (STRANG, 2003).

Não se trata, pois, de evidenciar a existência de conflitos, até porque eles são óbvios e bem documentados, mas de analisar as diferentes estratégias utilizadas pelos conflitantes na tentativa de conquistar a opinião pública e dos educadores, com o propósito de garantir a hegemonia de pressupostos para a organização do sistema educacional brasileiro.

Na concepção dos renovadores, o Estado deveria se comprometer com as questões educativas, através de políticas eficientes para a educação, que atendessem a escola como um todo e não promovendo reformas sobre as bases já existentes - consideradas por eles arcaicas - porque isso concorreria para a perpetuação de um sistema dual de ensino (BRANDÃO, 1999).

A ótica católica partia do princípio de que se a Educação fosse controlada pelo Estado, tornar-se-ia absolutismo pedagógico, bolchevismo intelectual, próprios da sociedade soviética. Além disso, os católicos consideravam duvidoso interpretar a Educação como fenômeno social. Na concepção destes, a Educação deveria ter finalidade espiritual, preparar o homem para a vida com princípios religiosos bem definidos. Nesse sentido, tudo o que divergisse do pensamento cristão era denunciado como fruto da influência comunista. Em sua crônica, *Leigo e Religioso*, Cecília fornece pistas sobre a maneira como os católicos interpretavam os princípios defendidos pelos renovadores:

Quando as criaturas de má vontade se põem a querer inventar equívocos em torno da denominação “leiga” que a escola moderna reclama para si, chega-se a ficar em dúvida sobre o seu grau de compreensão das coisas, porque não há nada que disponha tanto para a má vontade como justamente a ignorância ou o conhecimento parcial, voluntário ou involuntário.

A questão tem sido debatidíssima [...]. Todo mundo concorda: menos os católicos. E começam a levantar a suspeita (já tão conhecida que até dá má impressão dos recursos da sua inteligência) de que a escola leiga é uma coisa monstruosa; que é uma escola sem moral, sem Deus, sem Cristo; que é a perversão da infância e a desgraça da sociedade; o desmoroamento nacional e a condenação da humanidade para todo sempre.

Mas parece que há outras religiões, além do catolicismo. No entanto, essas não acham nada disso. Logo, de princípio, há que admitir que o conceito de escola leiga não é anti-religioso senão para os católicos. A própria moral cristã, portanto, comum a outras seitas [...] não sente pernicioso a escola chamada ‘leiga’ que só a moral católica ou, antes, à política da Igreja romana costuma dar sobressaltos [...]. Mas, quando se quer alcançar uma conclusão diferente, faz-se a confusão das palavras, porque, deturpando-se-lhes o sentido, é claro que vai direto a qualquer fim premeditado [...]. (MEIRELES, 2001, p. 87).

Embora a reação católica à intervenção do Estado nas questões educacionais fosse fundamentada, entre outras coisas, no que alguns membros do grupo⁷ definiam como o caminho

6 O artigo que trata deste assunto intitula-se “Ainda o Ministério [II]”, datado de 08/09/1931.

7 Refere-se - especialmente a Tristão de Athaide entre outros.

para o absolutismo pedagógico ou o bolchevismo intelectual, seus discursos se mostraram por vezes contraditórios, porque apontaram também em outras direções: após a proclamação da República, o Estado intensificou seu afastamento em relação à Igreja, razão pela qual a partir das comemorações do centenário da Independência, esta procurou maneiras de promover a reaproximação.

Depois desse evento, os discursos da Igreja passaram a dar ênfase na união entre a fé católica e a pátria brasileira. Para a instituição eclesiástica era uma questão de recuperar o Poder Político e a influência exercida sobre os negócios do Estado. Além disso, na concepção da hierarquia superior católica era preciso criar uma ordem política e social fundamentada em princípios cristãos. De acordo com esse preceito, era primordial que se promovesse nova aproximação entre a Igreja e o Estado. Assim sendo, os católicos procuraram cumprir essa *orientação* eclesiástica e, para isso, teriam que demarcar as fronteiras entre a concepção católica e a concepção dos renovadores acerca da reestruturação do sistema escolar, que ambos pleiteavam.

Para pontuar essas diferenças, as críticas mordazes foram desferidas por ambos os grupos. Católicos e renovadores se utilizaram da imprensa não só para arregimentar o professorado, mas também para conquistar espaço junto à opinião pública. Em maio de 1931, discursando a propósito do Decreto do Ensino Religioso e de uma solicitação feita pelo Ministro José Américo⁸, Cecília assim se pronuncia:

O ministro José Américo, que tinha tão boa acolhida na sua aparição no cenário do governo, em virtude de *A bagaceira* [...]. O ministro José Américo, com esta subscrição que encabeçou entre funcionários de seu Ministério para pagar o transporte de uma imagem religiosa, está manifestando uma compreensão retrógrada da expressão *liberal* que, como escritor, pelo menos, não devia deixar de entender perfeitamente...A coisa vai passar-se dessa maneira: os funcionários católicos (católicos quero dizer, que estudaram o catolicismo, em pequenos, talvez fizeram a primeira comunhão, casaram também na igreja e batizaram os filhos), - uns por hábito, outros por praxe, e alguns por fanatismo decerto, - assinarão pressurosos a lista, sabendo que vem direitinha do ministro, e que um ministro, apesar de tudo, ainda é personagem que convém não desagradar...qualquer leitor de *Eça de Queirós* conhece dessas mentalidades... Agora, nas repartições, naturalmente não haverá só católicos, por muito que se deseje garantir, que no Brasil, eles são uns quarenta milhões [...] Eis o que está gerando a Segunda República. Possibilidades de hipocrisia, possibilidades de pavor [...]. Enquanto isso, os estudantes continuam queimando livros e jornais católicos em Roma. O povo anda queimando conventos jesuítas na Espanha, sem falar em outros sucessos mais.... Tudo porque se inventaram essas separações entre os homens, separação que não são as religiões que produzem, enquanto pretendem ficar no domínio religioso, que é verdadeiramente seu. Separações que advêm de religiões que cobijam fazer, antes de tudo, política imperialista, sem se importarem com os processos de que lançam mão, contanto que possam alargar seus domínios. (MEIRELES, 2001, p.28)

Nos *Comentários* de Cecília, a Igreja enquanto instituição, com seus dogmas, usos e costumes e o catolicismo propriamente dito são amplamente criticados. Em relação a um grupo católico constituído, as referências são genéricas e passíveis de dúbia interpretação. Na crônica intitulada: *Uma lembrança desagradável*, a cronista volta a criticar o decreto assinado por Francisco Campos e o catolicismo, mas não deixa pistas conclusivas sobre o grupo católico:

A Coligação Pró-Estado Leigo acaba de realizar uma importante sessão solene, em que não só, mais uma vez, definiu a sua atitude de protesto contra a pretendida invasão do catolicismo nos negócios do Estado como apresentou dados notáveis de sua organização e fatos graves que já estão ocorrendo em virtude do aparente apoio do governo à religião romana. A Coligação Pró-Estado Leigo não é um agrupamento inexpressivo de indivíduos. Ela reúne em si doutrinas religiosas e sociais de todos os matizes que perfazem um total de mil setecentas e duas corporações [...]. Toda essa gente se agita contra um inimigo comum: o sinistro decreto Francisco Campos, que, depois da queda do ministro, é a mais desagradável lembrança da sua passagem pelo Ministério da Educação. Disseram que o decreto sinistro visava, a princípio, favorecer declaradamente a Igreja romana. Teria sido o dr. Getúlio Vargas que, propondo o ensino facultativo das religiões em geral, teria atenuado os interesses do ministro com sua reconhecida prudência de ditador. Mas - perguntaram muitos - se, neste governo, os ministros são simples auxiliares da ditadura, por que o dr Getúlio Vargas não impediu desde logo a calamidade que terá de vir, cortando, - em vez de alterar, apenas, - a pretensão do ministro ambicioso? [...] Agora, o que resta a fazer é inutilizar o decreto. A prova de que ele não tem firmeza é que, apesar da célebre 'maioria' de católicos, o ministro que o inventou não se pôde manter no cargo (MEIRELES, 2001, p.49).

Várias fontes indicam que o grupo católico se empenhou em construir imagem negativa dos renovadores, de suas concepções de Educação e, especialmente, dos seus atos. Anísio Teixeira, enquanto Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, foi amplamente criticado por parte desse grupo (NUNES, 2000).

Os embates de ideias entre católicos e renovadores, “que se mantiveram abertamente em oposição até 1937 – ano em que o golpe de Estado cortou pela autoridade o conflito” (NUNES, 2000, p. 178) em disputa pela hegemonia do sistema escolar, acabaram determinando as estratégias que ambos usariam para cooptar os professores para suas causas. Quanto mais convincentes fossem seus discursos, quanto mais adeptos conseguissem arrebanhar, maior a possibilidade de exercer o controle e legitimar seus ideais.

Em relação a imprensa, Câmara Bastos afirma que “prescrevendo determinadas práticas, valores e normas de conduta, construindo e elaborando representações do social, a imprensa pedagógica afigura-se como fonte privilegiada de estudo (BASTOS, 2002, p.173). Isso porque a análise da fonte impressa permite compreender o perfil pedagógico e ideológico do seu autor, assim como aproximações e

8 José Américo foi ministro da Viação e Obras Públicas de 1930 a 1934, quando deixou o Ministério para assumir a Embaixada do Brasil junto a Santa Sé.

distanciamentos entre as diferentes filiações.

A imprensa e o “material impresso desempenharam um papel fundamental como dispositivo de regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica do professorado” (CARVALHO, 1998, p.1). Mesmo sendo uma prática comum para ambos os grupos, a propaganda impressa dos pressupostos defendidos, católicos e renovadores seguiram por vias diferentes para empreender suas abordagens. Com isto, o teor do material impresso obedeceu a características próprias.

Os renovadores optaram por explicar em detalhes o conteúdo da proposta da matriz escolanovista que eles defendiam, qual o papel da escola na modificação da sociedade e, principalmente, como poderia ocorrer a organização nacional através da organização da cultura. Souberam, sobretudo, aproveitar o poder de penetração da matéria impressa para que esta, além de divulgar as premissas da Escola Nova, fosse utilizada “como ferramentas de transformação do trabalho do professor nas escolas” (CARVALHO, 1998, p.71).

Os católicos, por seu turno, evitaram ao máximo entrar na esfera reformista do grupo antagônico. Ainda que propondo uma reforma pedagógica baseada em pressupostos modernos, com alguns elementos comuns à Escola Nova, só fizeram uso dessa expressão para designar um campo doutrinário da pedagogia, evitando assim uma possível comparação entre as duas propostas. Em 1931, os católicos publicaram por meio do Centro D. Vidal uma série de artigos contra os reformadores e suas premissas, sob o título de *Pedagogia da Escola Nova*. Tristão de Athaide lançou seu livro *Debates Pedagógicos*, Padre Leonel Franca retomou sua obra sobre *Ensino religioso e Ensino leigo*, “estudando-a a todas as luzes e com abundante documentação” (AZEVEDO, 1958, p.172).

É preciso, porém, deixar claro que o grupo católico não pode ser definido como tendo sido monolítico; pelo contrário, foi heterogêneo assim como o grupo reformista. Havia certa similaridade de pensamento entre alguns intelectuais católicos e os reformadores no que diz respeito ao ideário de uma determinada matriz da Escola Nova. Intelectuais como Jônathas Serrano e Everardo Backheuser, católicos fervorosos, mostraram-se favoráveis aos ideais de renovação, chegando até a publicar obras nas quais assumem posições muito semelhantes às dos seus antagonistas. No entanto, essa adesão não impediu que fizessem restrições quanto a alguns aspectos da filosofia da Escola Nova, especialmente, a ênfase dada ao monopólio da Educação pelo Estado, a coeducação dos sexos e o ensino laico.

Na década de 1920, Jônathas Serrano foi o braço direito de Fernando de Azevedo na Reforma do Distrito Federal (AZEVEDO, 1958), publicando, posteriormente, os *Princípios da Escola Ativa*, no qual defendeu a ideia de que a liberdade de ensino deveria se submeter a uma fiscalização eficiente, mas não perturbadora e despótica do Estado, uma afirmação sem dúvidas pouco convencional para o discurso católico. Everardo Backheuser publicou várias obras, algumas

rechaçando a educação de matriz Deweyniana, defendida por Anísio Teixeira, outras procurando encontrar um meio termo entre escola tradicional e aspectos da Escola Nova.

Renovadores e católicos procuraram articular a melhor forma de penetração de seus materiais, dentro de suas possibilidades de produção e de divulgação. Estando na direção da ABE, os renovadores publicaram o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* na revista que até então se chamava *Educação*, de circulação em âmbito nacional, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1932, com o subtítulo de *A Reconstrução Educacional no Brasil: ao Povo e ao Governo*. O objetivo principal desta divulgação era oferecer diretrizes para uma nova política educacional, ao mesmo tempo em que disseminava os novos ideais.

Lourenço Filho, quando assumiu a Diretoria da Instrução Pública de São Paulo, tomou logo a providência de modificar o título da revista *Educação*, que vinha sendo publicada pela Diretoria, por *Escola Nova*. Embora aquela revista privilegiasse matérias relativas à nova proposta educacional, publicou também, por várias vezes, apreciações críticas vindas dos educadores católicos em relação ao Manifesto, especialmente, no que dizia respeito à laicidade do ensino, importante ponto nevrálgico entre os dois grupos. Em períodos anteriores, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros intelectuais - que no futuro viriam a aderir aos pressupostos da Escola Nova - discutiam Educação pelos jornais. Lourenço Filho após se formar na primeira turma da Escola Normal de Pirassununga e lecionar por um ano na escola de Porto Ferreira, deixou registrada sua passagem pela imprensa. De 1915 a 1921, publicou artigos de conteúdos pedagógicos e sociais nos jornais paulistas *Jornal de Piracicaba*, *Commercio de São Paulo*, *Correio paulistano* e *O Estado de São Paulo* (LOURENÇO, 1997).

Apesar dos membros do grupo dos Pioneiros, como ficaram conhecidos esses intelectuais renovadores, não usufruírem largamente do status e das possibilidades que comandar a ABE lhes conferia, facilitando-lhes inclusive o acesso aos meios de comunicação, valeram-se muitas vezes da imprensa para publicar matérias relativas à Educação. Fernando de Azevedo publicava com frequência artigos referentes à reforma do ensino no jornal paulista *Correio da Manhã* e é o próprio Fernando, em sua obra magna, quem destaca o papel da imprensa nessa campanha:

Elementos de vanguarda tomavam posições na imprensa do país, e especialmente no Rio de Janeiro onde, no Diário de Notícias, de 1931-1934, Cecília Meireles, com suas crônicas finas e mordazes, e Nóbrega da Cunha, com sua atividade sutil e de grande poder de penetração, Azevedo do Amaral, em O Jornal, com sua dialética persuasiva a serviço de um pensador robusto, e, mais tarde, J.G. Frota Pessoa, que desde 1933 fez de sua coluna no Jornal do Brasil uma trincheira de combate, pela sua lucidez implacável e pela segurança de seus golpes, traziam novos estímulos e acentos novos a esta campanha, cujo conteúdo não se esgotava sobre o plano cultural, e ao longo de cujo desenvolvimento vibravam com uma força sustentada um espírito moderno e um sentimento

profundamente humano (AZEVEDO, 1958, p. 181).

O início da rápida carreira jornalística de Fernando de Azevedo foi no *Correio Paulistano*, no ano de 1917. Como iniciante, escrevia notas de falecimentos, aniversários, ou qualquer matéria de caráter social. Ainda, neste jornal, tornou-se comentarista e, por fim, colaborador, com artigos assinados na primeira página. Mais tarde, Fernando de Azevedo foi redator do *Estado de São Paulo* e, em 1926, organizou e dirigiu um grande inquérito entre professores para reunir dados sobre o ensino em todos os graus. Nas suas entrevistas, procurou focalizar as questões de maior interesse, enfatizando aspectos filosóficos, sociais e pedagógicos. O resultado desse inquérito foi, sem dúvidas, o embrião da Reforma desenvolvida por ele em 1928, no Distrito Federal.

Os vinte e seis signatários do Manifesto eram intelectuais que por vias diversas alcançaram projeção na esfera cultural, mas grande parte deles exercia o magistério ou a este estava especialmente ligado. Por outro lado, a prerrogativa desses intelectuais que, de certa forma, endossaram aquela “carta de intenções” certamente não aconteceu de forma aleatória. O primeiro e principal requisito sem dúvida seria o de estar de acordo com o objetivo do documento e, sobretudo, acreditarem na proposta educacional e social que este ensejava. O segundo, talvez, tenha sido a possibilidade que alguns deles representavam na defesa e divulgação das premissas contidas nesse Manifesto, por meio da imprensa e do rádio. Cecília Meireles dirigia a *Página de Educação* no *Diário de Notícias*, Armanda Alvaro Alberto e Edgar Sussekind de Mendonça, além de colaborarem em revistas e jornais da época, já haviam fundado a Escola Regional de Meriti, na qual também colaborava Venâncio Filho e cujo trabalho pedagógico ali realizado foi publicado por Ferrière, em seu livro *Transformons l'école* (MIGNOT, 2002), Julio de Mesquita dirigia o jornal *O Estado de São Paulo*, Mario Casassanta exercia o cargo de diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais, Frota Pessoa era colunista do *Jornal do Brasil*, Garcia Resende era diretor da Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, Nóbrega da Cunha era jornalista de vários periódicos no Rio de Janeiro e um dos fundadores do *Diário de Notícias*, Roquete Pinto fundou a rádio *Sociedade* do Rio de Janeiro, Noemy da Silveira era colaboradora de jornais e revistas técnicas nacionais e estrangeiras.

O lançamento do Manifesto obteve ampla repercussão nos meios de comunicação da época, resultado da capacidade de “articulação política de Fernando de Azevedo” (XAVIER, 2002, p. 31), que em carta a Anísio Teixeira, datada de 12 de março de 1932, evidencia sua intenção de tornar públicas as ideias contidas no Manifesto através dos jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Nesse mês de março de 1932, jornais de vários Estados publicaram esse documento, em partes ou integralmente. No dia 19 de março, Cecília publicou a introdução do Manifesto dos Pioneiros, na *Página de*

Educação do Diário de Notícias.

Embora a articulação de Fernando de Azevedo tenha funcionado no sentido de nacionalizar as ideias do Projeto Educacional que representou, sua estratégia editorial, por outro lado, ajudou a intensificar as retaliações por parte do grupo católico. Este também utilizou a imprensa para golpear o teor do documento e os seus representantes legais, principalmente, a Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, acusando-os de anticristãos e antinacionalistas. Mesmo sendo alvos de críticas contundentes, o papel desempenhado pelos intelectuais que trabalharam nos meios de comunicação, especialmente na imprensa, para divulgar um ideal, assumir posições e mobilizar a sociedade para uma causa comum de uma educação nacional foi fundamental, à medida que modificou os rumos da política educativa em curso e, sobretudo, porque suas interferências legaram uma outra visão da maneira como foi tratada a causa educacional no Brasil dos anos de 1930.

3 Conclusão

Durante os três anos em que Cecília divulgou os ideais da Escola Nova nas *Crônicas de Educação* do *Diário de Notícias*, ela construiu uma memória. Na intenção de popularizar as premissas da pedagogia moderna, motivar a opinião pública e, quem sabe... sensibilizar a elite governante para as causas educacionais, atravessou diariamente o limiar de incertezas para escrever a esperança.

Neste seu trabalho diário, Cecília conseguiu expressar com argumentação lógica e poesia toda a amplitude do pensamento educacional, da qual ela e seu grupo compartilharam. Pelos seus *Comentários* é possível afirmar que Cecília Meireles se constituiu signatária e se ligou ao grupo dos pioneiros, porque acreditou na possibilidade de se construir uma sociedade mais justa pelas vias da Educação. As perspectivas das Escolas Novas lhe seduziram, principalmente, porque suas principais características poderiam conduzir para essa direção, vinham ao encontro de seus próprios conceitos sobre a arte de educar e de suas próprias crenças na valorização do potencial humano. Na sua leitura, a filosofia da Escola Nova não se propunha a nivelar, ou impor um molde, mas acenava com uma expressão de respeito à personalidade da criança e uma aspiração para a liberdade harmoniosa e responsável, nas quais as diferenças deveriam ser respeitadas e as especificidades trabalhadas e compreendidas.

Algumas de suas crônicas abordaram os métodos pedagógicos e suas possibilidades para o ensino. Para Cecília, contudo, a eficácia de qualquer método estava condicionada a muitas variantes. A mais importante delas, condição *sine qua non*, dizia respeito à mudança de postura dos educadores. Era necessário ter disponibilidade constante para reavaliar seus conceitos, adequar suas práticas, estar em contínuo aperfeiçoamento, ideia que também defendeu em sua tese: *O Espírito Vitorioso*, apresentada por Cecília Meireles em concurso para a cadeira de literatura da Escola Normal do Distrito Federal, no ano de 1929. De acordo com a autora,

era preciso ainda desenvolver alguma habilidade sensitiva que permitisse compreender e valorizar o ser humano com sua individualidade, suas diferenças e suas limitações.

Era mandatário que o professor procurasse conhecer a fundo os métodos que pretendia utilizar, se reconhecesse nestes, se deixasse seduzir, inspirar, para poder assimilá-los e efetivamente aplicá-los, ou como prescreviam os teóricos, ou como sua sensibilidade determinasse. As condições para aplicar novas técnicas nem sempre se mostram tão harmoniosas como certas leituras fazem crer. Cecília não ignorava essa evidência. Por vezes, era preciso efetuar pequenas modificações, adaptar os procedimentos metodológicos à realidade de cada escola e de cada aluno. Nesse caso, a intuição, os conhecimentos adquiridos e, principalmente, a sua capacidade de adaptação iriam conduzi-lo aos fins desejados.

A mudança de postura, a que tantas vezes Cecília aludiu, não se referia somente aos métodos, mas também à maneira como era concebida a ideia de Educação. A verdadeira Educação, a seu ver, possuía conotação bastante ampla, que não se esvaziava na alfabetização ou na simples instrução, mas poderia se traduzir como uma fórmula capaz de proporcionar o desenvolvimento de todas as faculdades e de todas as possibilidades humanas para a função de viver em sua mais completa significação. Em nenhum de seus *Comentários* deixou de esclarecer perfeitamente esta diferença, assim como sempre enfatizou, como um dos princípios básicos da Escola Nova, a estreita colaboração entre a família e a escola.

Embora ela própria, assim como outros renovadores, tenha se empenhado ao máximo para esclarecer professores e a opinião pública sobre as possibilidades que a nova pedagogia poderia oferecer à Educação, o grupo, ao longo de alguns anos, foi se desfazendo. De certa maneira, os católicos saíram vitoriosos na Constituinte e os pioneiros ficaram isolados e não participaram do Governo. Apesar de todos os esforços, a força dos renovadores não foi suficiente para produzir as alterações que desejavam naquele momento específico. Contudo, os pressupostos por eles defendidos, imortalizados em suas obras e no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, deixaram marcas profundas que puderam ser sentidas ao longo das próximas décadas, e permanecem vivos até os dias de hoje.

Mais tarde, alguns intelectuais do grupo dos pioneiros seriam cooptados pelo Estado Novo, trabalhando lado a lado com antigos rivais católicos. Na gestão do Ministro Capanema, Lourenço Filho, assim como Alceu Amoroso Lima foram seus assessores bastante próximos, tendo o primeiro permanecido até o final de seu Ministério. Fernando de Azevedo atraiu uma vez mais a ira dos católicos e, como Anísio Teixeira, foi chamado de comunista, passando ambos por um período considerável de ostracismo. Francisco Campos, autor da Reforma Mineira em 1920 e em 1932, Ministro da Educação de Getúlio Vargas, não mais voltou para a área de Educação. Mais tarde, ainda na gestão de Vargas, assumiria a pasta da Justiça.

Cecília não acompanhou o destino do grupo pioneiro como diretora da *Página de Educação*. Ela deixou o *Diário de Notícias* em janeiro de 1933. A *Página* ficou ao encargo do mineiro Atilio Vivacqua, também componente do grupo e signatário do Manifesto.

Referências

A REVOLUÇÃO de 30: textos e documentos. Brasília: UnB, 1982.

MEIRELES, C.. [Carta]12 abr.1932, Rio de Janeiro [para] AZEVEDO, Fernando de. [São Paulo]. [?] f. Assunto pessoal, referente entrevista feita por Cecília com Francisco Campos.

AZEVEDO, F. *A Cultura brasileira*, São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BASTOS, M.H.C. A Imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944. In: CATANI, D.B; BASTOS, M.H.C. (Org.) *Educação em revista: a Imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 173.

BRANDÃO, Z. *A Intelligentsia Educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH, 1999.

CARVALHO, M.M.C. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA, L.M. (Org.) *Modos de ler formas de escrever*. Belo Horizonte: Autentica, 1998. p.71.

FREITAS, M.C. *História, Antropologia e a pesquisa educacional: itinerários intelectuais*. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LOURENÇO, L.M.S. O Pensamento de Lourenço Filho em seus primeiros escritos pedagógicos e nas conferências da Associação Brasileira de Educação - ABE. In: MONARCHA, C. (Org.) *Centenário de Lourenço Filho 1897-1997*. Londrina: UEL, 1997. p.47.

MEIRELES, C. *Crônicas de educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MIGNOT, A.C.V. *Bau de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na primeira república*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, C. *Anísio Teixeira: a Poesia da ação*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

RAMA, A. *A Cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.M.B.; COSTA, V.M.R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

STRANG, B.L.S. Sob o signo da reconstrução: os ideais da Escola Nova nas Crônicas de Educação de Cecília Meireles (1930-1933). Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

XAVIER, L.N. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.